



MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO

2007-2009

VERSÃO FINAL

Maputo, 1 de Junho de 2006

Índice

Sumário Executivo	1
1. Introdução	3
2. Principais Desafios no Médio Prazo	5
2.1 Desafios na Política da Despesa	5
2.2 Aspectos Macroeconómicos	6
2.3 Política Tributária	6
2.4 Outras Reformas	6
3. Pressupostos	7
3.1 Produto Interno Bruto	7
3.1.1 <i>Desempenho económico em 2005</i>	8
3.1.2 <i>Perspectivas de crescimento 2006-2009</i>	8
3.2 Taxa de Inflação e Câmbio	9
4. Envelope de recursos	11
3.1 Receita do Estado	12
3.1.1 <i>Receitas fiscais</i>	14
3.1.2 <i>Financiamento Interno</i>	15
3.2 Recursos Externos	15
5. Despesa 2007-2009	17
5.1 Resumo da Despesa	17
5.2 Despesas de Investimento	18
5.3 Despesas Não Sectoriais	19
5.4 Afecções e Estratégias Sectoriais	20
5.4.1 <i>Governança</i>	21
5.4.2 <i>Capital Humano</i>	22
5.4.3 <i>Desenvolvimento Económico</i>	24
5.4.4 <i>Os Assuntos transversais</i>	26
5.5 Afecção Sectorial da Despesa Corrente	26
5.6 Afecção Territorial e Distrital da Despesa Corrente	28
5.7 Despesa Corrente Segundo a Classificação Económica	29
6. Conclusões e Recomendações	31
7. Reflexão Perspectivas do CFMP Para o Próximo Ano	32

Índice de Tabelas

Quadro 1: Contribuição sectorial ao crescimento	8
Quadro 2: Pressupostos sobre taxa de inflação	9
Quadro 3: Resumo do Envelope de Recursos (<i>em termos nominais</i>)	11
Quadro 4: Evolução da Receita do Estado	13
Quadro 5: Evolução das Receitas Fiscais	14
Quadro 6: Fontes de Financiamento Interno	15
Quadro 7: Fontes de Financiamento Externo	15
Quadro 8: Resumo da Despesa Total e Empréstimos Líquidos 2007-09	18
Quadro 9: Despesas de Investimento	19
Quadro 10: Recursos não Disponíveis aos Sectores	19
Quadro 11: Programação Despesa Corrente Sectorial e Encargos Gerais Distribuída	27
Quadro 12: Programação Despesa Corrente Distribuída por Território	29
Quadro 13: Despesas Correntes Segundo a Classificação Económica	30

Índice de Figuras

Figura 1: Evolução de Recursos como Percentagem do PIB	12
Figura 2: Principais Componentes da Receita do Estado	14
Figura 3: Destino de Recursos Externos	16

Índice Remissivo

ARAs – Administração Regional de Aguas
ATM – Autoridade Tributária de Moçambique
CFMP – Cenário Fiscal de Médio Prazo
CNE – Comissão Nacional de Eleições
DAFs – Direcções de Administração e Finanças
DNA – Direcção Nacional de Aguas
FIPAG – Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Águas
FMI – Fundo Monetário Internacional
HIPC – Iniciativa de Alívio da Dívida dos Países Altamente Endividados
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOLE – Lei dos Órgãos Locais do Estado
MDRI – Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida
OE – Orçamento do Estado
ONGs – Organizações Não Governamentais
PAPs – Parceiros de Apoio Programático
PARPA – Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PIB – Produto Interno Bruto
PQG – Programa Quinquenal do Governo
PROAGRI – Programa de Desenvolvimento da Agricultura
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SIDA – Síndrome Imunodeficiência Adquirida
SISTAFE – Sistema Administração Financeira do Estado
STAE – Secretariado Técnico Administração Eleitoral

Sumário Executivo

O Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação que se enquadra no artigo 45 da Lei nº 9/2002 (Lei do SISTAFE), com o objectivo fundamental de introduzir uma visão de médio prazo na programação orçamental com vista a alcançar a disciplina fiscal e estabilidade macroeconómica. Este CFMP orienta-se muito mais nos objectivos do PARPA.

CFMP já foi elaborado nos anos passados como instrumento técnico interno para determinar limites indicativos para a preparação orçamental. Entretanto esta é a primeira vez que o CFMP se torna um instrumento político. A aprovação pelo Conselho de Ministros dará maior importância e estabilidade aos anos dois e três como linhas de orientação para a elaboração dos orçamentos seguintes, em função dos objectivos prioritários definidos no Programa Quinquenal do Governo e traduzidos no PARPA.

O ritmo de crescimento económico que Moçambique tem registado nos últimos anos, a economia poderá enfrentar alguns desafios que de certa forma poderão restringir o bom ritmo de crescimento até então registado, caso não seja prestada atenção particular aos mesmos. A instabilidade nas taxas de câmbio; riscos climáticos; HIV/SIDA; alta dependência de recursos externos; complexidade na legislação tributária para as condições locais; fraca base tributária; ineficiência na administração fiscal; atraso no reembolso do IVA; a lentidão na implementação das reformas de segunda geração (reforma judicial) são os desafios principais que a economia Moçambicana enfrentará nos próximos anos.

Nem todas as deficiências constatadas precisam de fundos adicionais. No entanto, existem áreas onde a melhoria dos serviços prestados pelas instituições públicas precisa de financiamentos enormes através do orçamento. A destacar em particular a Educação geral, a Saúde, a Água potável e saneamento, as Estradas, os serviços económicos, Agricultura, Energia e intra-estruturas do turismo.

Nos próximos anos prevê-se que a economia Moçambicana tenha um crescimento anual a volta de 7%, sendo os sectores com maior contributo da agricultura, comércio, e transportes e comunicações a darem o maior contributo a este crescimento, como tem acontecido nos últimos anos. Em relação a taxa de inflação espera-se que a mesma se mantenha a um dígito apesar de 2005 ter ficado em dois dígitos. Prevê-se uma depreciação do metical por forma que as empresas Moçambicanas tenham competitividade no mercado internacional.

Paralelamente ao crescimento económico, prevê-se também um crescimento da percentagem da receita colectada em relação ao PIB de 14% em 2006 para 16% em

2009, onde 81% será constituída por receitas fiscais arrecadadas dos impostos sobre o rendimento. Espera-se também um aumento dos recursos externos mantendo a composição da carteira constante nos próximos anos. Os fundos extraordinários provenientes do perdão da dívida serão disponibilizados aos sectores duma maneira gradual nos próximos anos. No que diz respeito ao financiamento interno espera-se que o Governo não recorra ao sistema bancário para financiar as suas despesas.

Tendo em conta a dinâmica da evolução das dos recursos projectados, as despesas totais no período crescerão em termos reais em 9,3%, 4,3% e 4,8% em 2007, 2008 e 2009 respectivamente. Entretanto, em termos de percentagem do PIB, as despesas totais terão uma tendência decrescente passando de 28,3% a 26,8%.

A afectação de recursos aos pilares económicos e sociais foi feita com base na definição de prioridades inerentes ao PARPA e o PQG. Por forma a garantir o crescimento económico de 7% nos próximos anos, a afectação de despesas foi essencialmente para os pilares de Capital Humano, Desenvolvimento Económico, Governação e Sistema Judicial e Segurança e Assuntos Transversais.

A afectação estratégica de recursos aos principais pilares económicos e sociais foi feita com base na definição de prioridades inerentes ao PARPA e PQG. Por forma a garantir o crescimento económico a volta de 7% em 2007, a afectação da Despesa continua a ser essencialmente para as áreas do capital humano (educação, saúde, água e saneamento), desenvolvimento económico (Agricultura, Indústria, Energia, Estradas, Comércio e Turismo), Governação e Sistema Judicial e Segurança e Assuntos Transversais (HIV/SIDA, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Género, Desminagem e Nutrição). O resultado consta nas tabelas dos limites propostos.

Uma reflexão sobre melhorias recomendadas no processo de preparação do CFMP nos anos seguintes conclui o documento.

1. Introdução

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação de base no processo de preparação do orçamento e de gestão dos recursos do erário públicos, com objectivo fundamental de introduzir uma visão de médio prazo na programação orçamental e por conseguinte melhorar a prestação de serviços públicos. A visão de médio prazo permite efectuar mudanças estruturais na despesa e aumenta o grau de previsibilidade dos recursos disponíveis, permitindo deste modo uma planificação estratégica coerente e compatível com os recursos disponíveis, com o objectivo de alcançar a disciplina fiscal e a estabilidade macroeconómica. O CFMP tem enquadramento no o artigo 45 da lei nº 9/2002 (Lei do SISTAFE).

Essencialmente o CFMP tem como objectivo o seguinte:

- Assegurar a disciplina orçamental para manter o equilíbrio macroeconómico;
- Adequar a afectação inter e intra-sectorial e territorial de recursos às metas e prioridades estratégicas expressadas no Programa do Governo e no PARPA assim como as estratégias sectoriais e territoriais;
- Promover a eficácia na utilização dos recursos através de criar uma certa previsibilidade dos recursos disponíveis aos sectores e estratégias sectoriais para além de um ano;
- Facilitar a discussão e tomada de decisões simultâneas sobre (i) a política tributária a prosseguir e (ii) os benefícios resultantes de alterações do nível das despesas públicas;
- Responsabilizar o Governo na tomada de decisões sobre a priorização na afectação de recursos.

A aplicação imediata do presente CFMP é que servirá de base para a definição dos limites indicativos para a elaboração do Orçamento do Estado de 2007. Assim, o CFMP é uma proposta para o nível alto de decisão do Governo da estrutura desejável da despesa na luz das suas políticas. Uma vez aprovado o CFMP, a preparação detalhada do orçamento terá lugar no quadro desses parâmetros e ficando deste modo um trabalho essencialmente técnico.

Aspectos novos

O CFMP já foi elaborado nos anos passados como instrumento interno do MPF para determinar os limites indicativos para a preparação do orçamento anual. Entretanto, nunca antes tinha sido discutido ou aprovado à nível de Governo; era meramente um instrumento técnico de uso interno.

Entretanto, na realidade, o papel do CFMP é muito mais amplo e global. O processo de orçamentação sempre inclui o aspecto de “batalha sobre o bolo” dos recursos disponíveis que nunca são suficientes para satisfazer a todas as ambições estratégicas. A organização desta “batalha” a volta de um instrumento de médio prazo é provavelmente a melhor forma para garantir a adequação entre os resultados desejados e estrutura da despesa, porque no curto prazo, a grande parte dos recursos já está comprometida. Assim, o CFMP oferece uma mais grande margem de manobra, e o resultado da batalha organizada no momento da elaboração do CFMP permite a estrutura resultante da despesa ser mais o resultado de uma escolha racional e orientada pelos objectivos do Governo.

Ainda faltam muitos aspectos para a realização da visão. No entanto, este CFMP já introduz algumas mudanças neste sentido. A apresentação e aprovação pelo Conselho dos Ministros dará mais peso aos anos dois e três do CFMP como linhas de orientação para a afectação dos recursos nos orçamentos seguintes.

Ao mesmo tempo, este CFMP orienta-se nos objectivos do PARPA. Em vez de simplesmente extrapolar tendências históricas ou aplicar a mesma taxa de crescimento das despesas uniformemente a quase todos os sectores, este CFMP toma em consideração as orientações políticas e prevê mudanças na composição da despesa viradas para melhor adequar objectivos e despesas.

Estrutura do documento

O documento é composto essencialmente por seis partes. A primeira parte aborda aspectos introdutórios, em seguida são apresentados os principais desafios a médio prazo que irão condicionar a eficácia da política do governo. A terceira parte é reservada aos pressupostos onde se destacam os comportamentos esperados para as taxas de câmbio, inflação e o produto interno bruto. A quarta parte aborda questões relacionadas com as fontes de financiamento do orçamento do Estado, nomeadamente a Receita do Estado, onde se destacam as receitas fiscais e o financiamento interno, e os recursos externos, os créditos e donativos respectivamente. As despesas são analisadas no capítulo cinco. Aqui é apresentado em primeiro lugar um panorama geral da despesa, em seguida as despesas não alocadas aos sectores, afectação estratégica por sectores (baseados na estrutura do PARPA), a afectação territorial e segundo a classificação económica. Esta secção é complementada pelos anexos que apresentam os limites indicativos por atribuir a cada instituição e a nível distrital. Por fim são apresentadas as conclusões, recomendações e perspectivas para os CFMP's dos próximos anos.

2. Principais Desafios no Médio Prazo

O principal desafio de Moçambique continua sendo a redução da pobreza absoluta que abarca mais de 50% da população nacional. Em 2006, foi concluído o novo documento do PARPA, ou seja, PARPA II, como um instrumento que operacionaliza o Programa Quinquenal do Governo, apresentando novos desafios e visões a médio prazo.

2.1 Desafios na Política da Despesa

O PARPA II, aprovado pelo Conselho de Ministros em Maio de 2006, define a agenda para os próximos anos não só para as áreas sociais mas também para a melhoria da eficiência da administração pública, a governação e o desenvolvimento económico. Os desafios que se apresentam estão, em grande detalhe, enumerados naquele documento assim como nos relatórios das últimas revisões conjuntas do apoio orçamental.

Não todas as deficiências constatadas precisam de fundos adicionais. No entanto, existem áreas onde a melhoria dos serviços prestados pelas instituições públicas precisa de financiamentos enormes através do orçamento. A destacar:

- A Educação geral, onde os efectivos escolares vão ainda continuar a crescer por ao longo do tempo apesar da lenta aproximação das taxas brutas e líquidas de escolarização; onde o número de alunos por professor continua alto particularmente em algumas províncias; onde muitas escolas primárias ainda não cobrem o segundo grau.
- A Saúde onde a abrangência dos serviços básicos ainda precisa de ser expandida e onde a prevalência do SIDA constitui um desafio cada vez maior.
- A Água potável onde a execução do investimento frequentemente fica abaixo das expectativas e onde um grande número de pessoas continua sem acesso a água potável.
- O Saneamento particularmente nas áreas urbanas, que é ao mesmo tempo é cara e indispensável.
- As estradas classificadas assim como as vias de acesso não classificadas, o Estado dos quais ainda faz com que o preço de produtos alimentares seja alto devido aos custos de transporte, e a intransibilidade de algumas vias que faz com que os agricultores não possam aproveitar os incentivos que o mercado oferece.
- Os serviços económicos tais como a standardização das normas, certificação e protecção da propriedade intelectual .

- A agricultura que tem como desafio particular o aproveitamento da água para o agricultor a fim de aliviar o problema das secas.
- A falta de energia eléctrica de qualidade em vilas situadas em áreas com potencial para as pequenas indústrias e particularmente o processamento de produtos agrícolas locais.
- As infra-estruturas do Turismo que precisam de alguma intervenção do Estado apesar de o sector ser do domínio da actividade do sector privado.

2.2 Aspectos Macroeconómicos

A economia Moçambicana continua a demonstrar um crescimento sólido, tendo nos últimos 10 anos atingido em média uma taxa real de crescimento de cerca de 8%. Entretanto, no médio prazo, espera-se que a economia continue a crescer a ritmos acelerados, a volta de 7% ao ano e com taxas de inflação a um dígito e consistentes com o crescimento económico. Contudo, enfrentam alguns desafios, nomeadamente a instabilidade nas taxas de câmbio, riscos climáticos; HIV/SIDA; lentidão na implementação das reformas; e alta dependência de recursos externos.

2.3 Política Tributária

No presente momento o país possui uma política tributária abrangente e que está de acordo com as normas internacionais.

Com a entrada em funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique (ATM), a expectativa é de que a base tributária irá alargar e a cobrança de receitas irá aumentar na base das taxas de imposição existentes. Para complementar, será necessário reduzir a complexidade do sistema tributário a fim de adequá-los aos agentes económicos em particular. Outros desafios prendem-se com a necessidade de melhorar a eficiência da administração fiscal, reduzir a complexidade da legislação tributária para as condições locais e melhorar a comunicação e resolver o problema de atrasos no reembolso do IVA no caso dos projectos financiados pela componente externa.

2.4 Outras Reformas

A economia Moçambicana registou um crescimento sólido nos últimos anos que em parte se deveu às reformas implementadas. Para que o país continue com o mesmo ritmo de crescimento é necessário introduzir as chamadas reformas da segunda geração, que neste momento representam um desafio para os próximos anos. Essas reformas incluem: Reforma do sector financeiro de modo a tornar as taxas de juros acessíveis ao investidor nacional; reforma legal e judicial de modo a atrair o investimento privado e para garantir o “*contract enforcement*”.

3. Pressupostos

3.1 Produto Interno Bruto

A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, é o indicador de desempenho económico mais usado em Moçambique. Os sectores de actividade socioeconómico, produzem valor acrescentado a economia, aumentando a riqueza do país, melhorando o bem-estar da população.

O sector Agro-pecuário e Silvicultura têm um grande peso no aumento da riqueza nacional, por ser um sector predominante em todo o território nacional, um sector que emprega milhares de famílias e um sector de ligações entre sectores (Comércio, Indústrias, transportes, etc.).

O aumento da produtividade do sector Agro-pecuário e Silvicultura tem particular importância por se desenvolver nas zonas rurais e lidar com população pobre. É desta forma que este sector desempenha um papel multiplicador ao crescimento da economia.

O sector da Construção e Industria Transformadora, Comércio e transportes e Comunicação, são os sectores com grandes dinâmicas a seguir a Agricultura. Portanto, existe um ciclo de dependência entre estes sectores, não só, como entre todos outros.

Quadro 1: Contribuição sectorial ao crescimento¹

	2005	2006	2007	2008	2009
			CFMP		
Taxa de Crescimento real do PIB	7,7%	7,9%	7,0%	7,0%	7,0%
Agro-pecuário e silvicultura	1,7%	1,9%	1,8%	1,8%	1,5%
Pesca	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Industria Extractiva	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Industria Transformadora	0,9%	0,7%	0,7%	0,8%	0,6%
Electricidade e Agua	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Construção	0,8%	1,7%	1,0%	0,8%	0,7%
Comércio	1,3%	1,3%	1,2%	1,2%	1,0%
Restaurantes e Hotéis	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Transporte e Comunicações	1,0%	0,6%	0,7%	0,8%	0,6%
Serviços Financeiros	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%
Aluguer de Imóveis e Serviços de Empresas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Administração Pública e Defesa	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%
Educação	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Saúde	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros Serviços	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Mega Projectos	0,7%	0,2%	0,8%	0,0%	0,7%

3.1.1 Desempenho económico em 2005

O ano de 2005 foi caracterizado por um do crescimento generalizado da economia mundial, estimando-se que o PIB mundial agregado tenha crescido cerca de 4% contra os 5% registados no ano anterior.

Moçambique é um país que sempre aproveitou as externalidades positivas impostas pela economia mundial, apesar da variabilidade dos preços dos combustíveis que causaram alguma turbulência socioeconómica em 2005.

A actividade económica nacional no ano de 2005 registou um crescimento global de 7,7%. Contribuíram para este crescimento, todos os sectores de actividades socioeconómicos. A Agricultura contribuiu com 1,7% ao crescimento do Produto, seguido do comércio com 1,3% e 1,0% Transportes e Comunicação.

3.1.2 Perspectivas de crescimento 2006-2009

O Governo é optimista no cenário de Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique nos próximos anos, prevendo uma taxa de crescimento real do PIB a volta dos 7% ao ano. Este crescimento é consistente com os desafios propostos no PARPA II.

Estas metas de crescimento do PIB exigem a melhoria de níveis e eficiência do Investimento nos vários sectores de actividades da economia. Para o alcance destas

¹ O quadro 1 representa a contribuição sectorial ao crescimento, ou seja, o peso de cada sector na taxa de crescimento e não deve se confundir com taxas de crescimento sectoriais.

taxas de crescimento de 7% anual, espera-se uma contribuição da Agricultura numa média de 1,7% ao ano, a Indústria Transformadora com 0,7% ao ano, a actividade de Construção com 0,8% ao ano, o Comércio com 1,2% ao ano e o sector Transportes e Comunicação com 0,7% ao ano.

Nos próximos anos a economia irá se beneficiar do arranque da fase de produção dos projectos de areias pesadas de Moma e Chibuto, bem como o reactivar do projecto da barragem de Mpanda Nkua, ainda na fase negocial do projecto. Igualmente, espera-se uma nova dinâmica empresarial a nível de pequenas e médias empresas.

O Governo está em processo de reformas no sector público, tendo já dado largos passos com vista a melhorar o ambiente de negócio a nível formal e facilitando também a formalização dos informais.

Para além destes sectores económicos, também se espera um grande contributo dos sectores sociais como a Educação e Saúde, que continuam primando pela expansão uniforme pelo país.

A nível de Orçamentação, o Governo pretende ser rigoroso na execução orçamental, o que já é uma realidade com a implementação do SISTAFE, o que permite maior controle da execução das despesas. O melhoramento da gestão orçamental também é uma mais valia para o crescimento dos sectores, por forma a atingir as taxas de crescimento de 7% nos próximos anos.

3.2 Taxa de Inflação e Câmbio

Quadro 2: Pressupostos sobre taxa de inflação

	2005	2006	2007	2008	2009
	CFMP				
Taxa de Inflação					
Inflação Média (%)	6,4	9,7	8,0	5,7	5,4
Inflação do Fim de período (%)	11,2	7,0	6,0	5,5	5,4

Fonte: MPD

O Governo mantém a programação da taxa de inflação média e acumulada a um dígito. Esta programação vai de acordo com as ambições da SADC de manter a inflação na região a níveis muito baixos (em cerca de 3%) no final do período.

Esta previsão é sustentada pelo alargamento da base produtiva, sobretudo de produtos agrícolas de elevado peso no cabaz básico das famílias moçambicanas. Com o crescimento da produção interna e o melhoramento da rede de comunicação entre as zonas de produção e as zonas de consumo, os produtos de produção interna tenderão a baixar o preço. Contudo, esta previsão está sujeita a flutuações mediante a variabilidade de algumas envolventes externas ou climáticas não previsíveis.

Em Moçambique, a política cambial é uma ferramenta fundamental na gestão macroeconómica. Com efeito, as receitas provenientes do imposto sobre o comércio externo, dependem grandemente da variação cambial. Por outro lado, dada a necessidade de promoção das exportações, o Banco de Moçambique vai continuar a adoptar uma política cambial que contribua para ganhos de competitividade das nossas exportações, no contexto de taxa de câmbio flexível

4. Envelope de recursos

A afectação de recursos e todo o processo de planificação anual e de médio prazo depende da projecção do envelope de recursos. Assim, apesar das incertezas inerentes em qualquer previsão, é fundamental fazer a melhor projecção possível com a maior quantidade de informação disponível.

A informação referente ao financiamento externo é em grande medida incipiente, podendo mudar significativamente ao longo do processo de preparação do orçamento de 2007. Por outro lado, os recursos externos reflectem as prioridades na afectação de recursos com vista a atingir os objectivos preconizados nas políticas traçadas de acordo com o Programa Quinquenal do Governo e do PARPA II. O quadro abaixo mostra como evoluirá o envelope de recursos nos próximos três anos estipulados por este cenário.

Quadro 3: Resumo do Envelope de Recursos (em termos nominais)

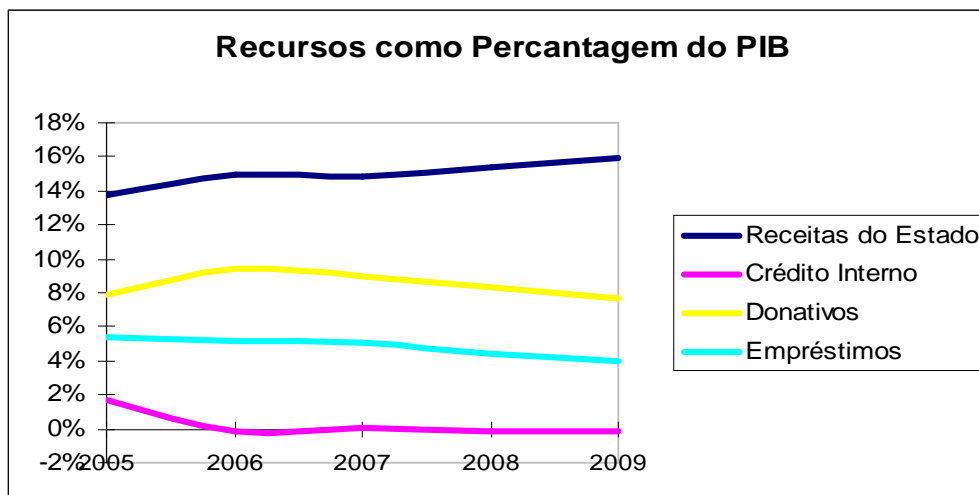
<i>(milhões de Mtn)</i>	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Encargos da Dívida	1.248,0	1.567,7	2.415,7	2.482,7	2.353,8
Total de Recursos	37.747,1	52.529,5	61.233,5	67.098,4	73.753,5
Total de Recursos Atribuíveis aos Sectores	36.499,1	50.961,8	58.817,8	64.615,7	71.399,7
Recursos Internos	21.815,7	26.665,7	31.931,1	36.914,8	42.697,0
% PIB	14,3%	15,0%	15,3%	15,6%	16,0%
Receitas do Estado	21.418,5	26.503,4	31.089,5	36.331,9	42.572,5
Privatização (incl.CVRD)	550,0	513,3	781,1	931,1	583,6
Crédito Interno	-152,8	-351,0	60,5	-348,2	-459,1
Recursos Externos	15.931,4	25.863,8	29.302,4	30.183,6	31.056,5
% PIB	10,4%	10,4%	14,6%	14,0%	12,8%
Donativos	10.712,1	16.756,7	18.659,0	19.655,7	20.510,0
Créditos	5.219,4	9.107,2	10.643,4	10.527,9	10.546,5

Fonte: Quadro Macro (MPD)

Conforme apresentado pelo quadro acima, espera-se que o total de recursos atribuíveis aos sectores para executar a política de despesa pública irá duplicar, passando de 50 a 71 milhões de Meticais da nova família (MTn) de 2006 para 2009 respectivamente. Parte significativa deste aumento de recursos provém da previsão do aumento das receitas internas, onde o maior contributo provém das receitas fiscais, nomeadamente os impostos sobre o rendimento e sobre bens e serviços, devido à melhoria no sistema de colecta que será impulsionada pela entrada em funcionamento da ATM.

Consistente com a estabilidade macroeconómica, o Estado visa manter o Crédito Interno Líquido negativo para evitar que encargos de dívida adicionais constriam a flexibilidade do investimento público no futuro.

Figura 1: Evolução de Recursos como Percentagem do PIB



Para o ano 2006 é de enfatizar o alívio de 119 Milhões de dólares pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo a Iniciativa para o Alívio da Dívida Multilateral (MDRI) graças aos sucessos económicos recentes da sociedade, Moçambique foi elegido em Janeiro do 2006 no primeiro grupo de 19 países. Mais 34 milhões de dólares foram cancelados no iniciativa do FMI para os países altamente endividados (HIPC). O total aliviado por ambas iniciativas é 153 US\$, equivalente a 4.011 milhões de MTn.

Este alívio permitirá ao Estado melhorar a sustentabilidade a médio prazo das finanças públicas, dando maior estabilidade à economia exposta a choques exógenos em diversas áreas produtivas e na balança de pagamentos. A melhoria da posição financeira inter-temporal reflecte-se no reforço da posição do Governo, cujos fundos e depósitos crescem em 2006 de maneira a incrementar um Crédito Líquido ao Governo negativo.

Prevê-se que os recursos externos irão manter-se em termos de divisas, pelo que grande parte dos ajustamentos apresentados em meticais são devido a taxa de câmbio. Para compensar a redução do financiamento externo, conforme a figura acima, as receitas internas apresentam uma tendência ascendente.

3.1 Receita do Estado

A receita do Estado é constituída essencialmente pelas receitas fiscais, receitas não fiscais incluindo receitas próprias, receitas consignadas e as receitas de capital. A maior parte da receita do Estado é a receita corrente, sendo a receita de capital (por

dividendos) muito pequena de acordo com as tendências de privatização prevalecentes na maioria dos países.

O quadro abaixo mostra como será a evolução da receita do Estado para 2007-09, onde cerca de 81% do total da receita do Estado é constituída por receitas fiscais arrecadadas dos impostos sobre o rendimento e sobre bens e serviços. É pouco provável que esta proporção se altere nos próximos anos.

A expansão da receita do Estado baseia-se fundamentalmente na extensão da receita fiscal, apesar das receitas não fiscais, próprias e consignadas crescerem rapidamente no período compreendido, dada baixa proporção em termos de recurso totais.

Por outro lado, as receitas não fiscais, próprias e consignadas representavam conjuntamente apenas 14% da Receita do Estado em 2005. O seu peso projecta-se que alcançará 19% do total da receita do Estado em 2009.

Quadro 4: Evolução da Receita do Estado²

<i>(milhões de Mtn)</i>	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Receitas Fiscais	17.406,0	21.924,7	25.980,8	29.787,3	34.281,7
Impostos sobre rendimentos	4.430,6	5.781,5	6.952,9	8.199,6	9.552,4
IRPS	2.908,7	3.995,6	4.518,8	5.298,1	6.076,6
IRPC	1.492,6	1.749,1	2.387,9	2.849,3	3.416,8
Imposto especial sobre o Jogo	29,4	36,9	46,2	52,3	59,0
Receitas sobre Bens e Serviços	11.884,2	14.520,1	17.246,8	19.550,4	22.410,3
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	7.514,7	8.809,9	10.686,1	12.145,3	13.997,9
Outros Impostos	1.091,2	1.623,1	1.781,2	2.037,2	2.319,0
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s N:	983,9	1.281,2	1.463,1	1.693,6	1.976,1
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s In	569,4	712,3	886,2	1.060,9	1.287,7
Imposto s/ Comércio Externo	2.816,2	3.716,7	4.211,3	4.650,6	5.148,7
Outros Impostos Fiscais	1.091,2	1.623,1	1.781,2	2.037,2	2.319,0
<i>dos quais:</i> Imposto sobre Combustíveis	552,9	834,2	888,9	1.029,2	1.182,3
Receitas Não Fiscais (<i>incl. receitas próprias</i>)	1.546,1	2.148,5	2.532,7	3.555,7	4.847,5
Receitas Consignadas	1.542,7	2.215,2	2.504,6	2.915,7	3.368,3
Receitas de Capital	923,7	215,1	71,4	73,3	75,0

Fonte: Quadro Macro (MPD)

Contudo, estas previsões poderão obviamente sofrer transformações se for considerada a entrada de novos investidores nos sectores produtivos da economia e da entrada em funcionamento das grandes projectos como as areias pesadas de Moma e Chibuto.

² A projecção dos impostos sobre o comércio externo tomou em consideração a política cambial destinada a garantir os ganhos de produtividade externa das exportações do país.

3.1.1 Receitas fiscais

O esforço para a arrecadação das receitas reparte-se entre as três formas principais de imposição: directa (sobre rendimentos), indirecta (sobre bens e serviços) e por fim outros impostos particularmente sobre os combustíveis.

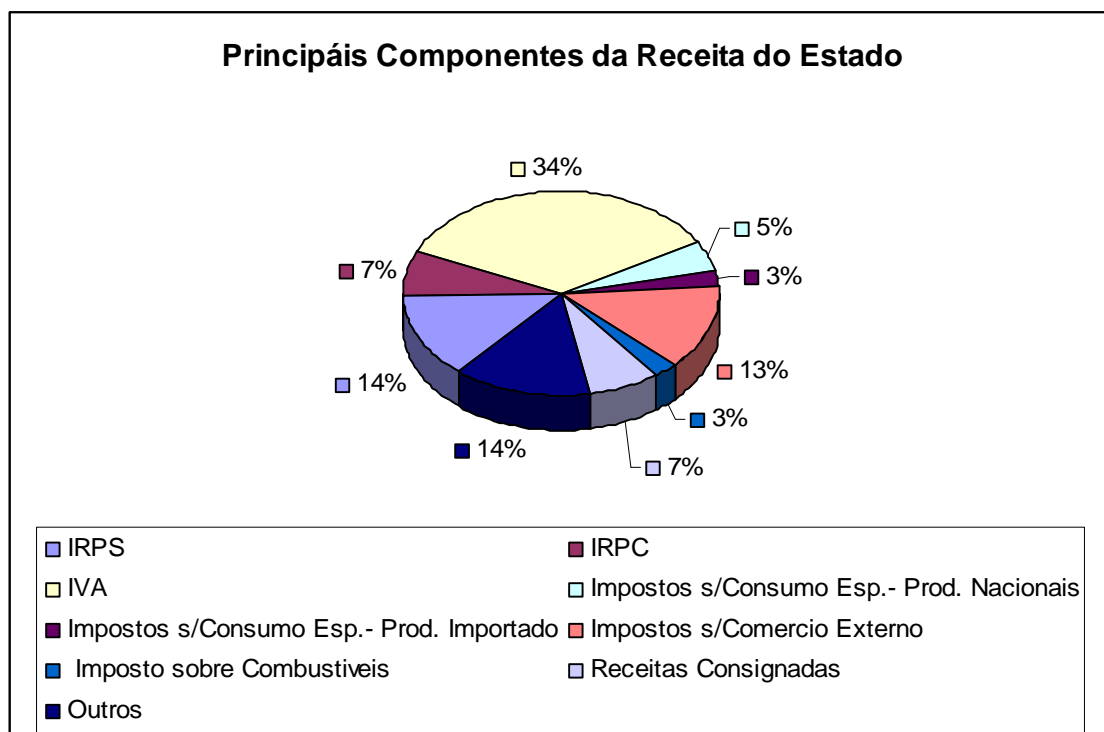
Quadro 5: Evolução das Receitas Fiscais

(milhões de Mtn)	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Receitas Fiscais	17.406,0	21.924,7	25.980,8	29.787,3	34.281,7
Impostos sobre rendimentos	4.430,6	5.781,5	6.952,9	8.199,6	9.552,4
% das Receitas Fiscais	25,5%	26,4%	26,8%	27,5%	27,9%
Receitas sobre Bens e Serviços	11.884,2	14.520,1	17.246,8	19.550,4	22.410,3
% das Receitas Fiscais	68,3%	66,2%	66,4%	65,6%	65,4%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	7.514,7	8.809,9	10.686,1	12.145,3	13.997,9
Outros Impostos	1.091,2	1.623,1	1.781,2	2.037,2	2.319,0
% das Receitas Fiscais	6,3%	7,4%	6,9%	6,8%	6,8%

Fonte: Quadro Macro (MPD)

Em Moçambique a maior componente da receita fiscal são as receitas sobre bens e serviços (IVA). Os impostos sobre bens e serviços representam dois terços do total de receitas fiscais.

Figura 2: Principais Componentes da Receita do Estado



Neste sentido, o Governo faz um apelo para que os parceiros internacionais façam um esforço equiparável na contribuição ao fisco publico dos impostos correspondentes

(IVA, direitos aduaneiros, etc.) em iguais condições que as empresas e cidadãos nacionais.

3.1.2 Financiamento Interno

Após atingir uma poupança de 153 milhões de MTn em 2005, no presente ano o efeito imediato do alívio da dívida vai-se reflectir numa melhoria provisória da posição credora do Governo em relação ao sistema financeiro.

Espera-se deste modo que o recurso ao financiamento através do sistema bancário não aconteça, pois esta trás muitas vezes pressões inflacionarias que inviabilizam alguns objectivos de politica do Governo. Do mesmo modo não se espera, pelo menos, para os próximos três anos a emissão de bilhetes de tesouro como se pode depreender do quadro abaixo.

Quadro 6: Fontes de Financiamento Interno

<i>(milhões de Mtn)</i>	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Crédito Interno	-152,8	-351,0	60,5	-348,2	-459,1
% PIB	-0,1%	-0,2%	0,0%	-0,1%	-0,2%
Banco de Moçambique (aplicação dos artigos 14	1.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ots	0,0	273,7	0,0	0,0	0,0
Outros	-1.652,8	-624,7	60,5	-348,2	-459,1

Fonte: Quadro Macro (MPD)

Espera-se que os fundos extraordinários provenientes do perdão da dívida possam ser disponibilizados aos sectores duma maneira gradual e inter-temporalmente eficiente (absorvendo potenciais choques negativos no futuro) ao longo dos próximos três anos.

3.2 Recursos Externos

A composição da ajuda externa segundo o tipo de origem (donativo ou empréstimo) é a seguinte:

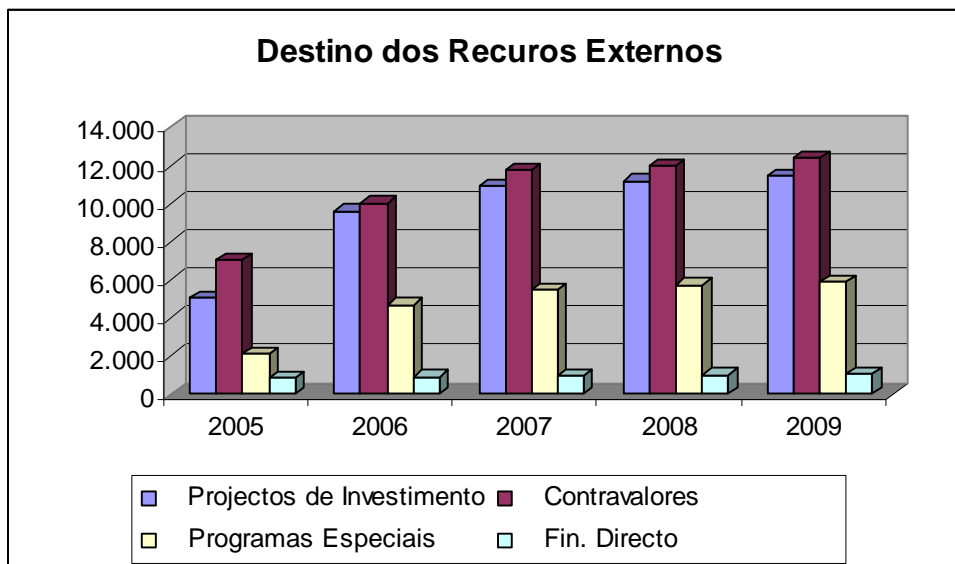
Quadro 7: Fontes de Financiamento Externo

<i>(milhões de Mtn)</i>	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Recursos Externos	15.931,4	25.863,8	29.302,4	30.183,6	31.056,5
% PIB	10,4%	10,4%	14,6%	14,0%	12,8%
Donativos	10.712,1	16.756,7	18.659,0	19.655,7	20.510,0
Para projectos	4.937,8	10.510,3	11.875,1	12.332,2	12.625,6
Contravalores não consignados	4.998,3	5.645,4	6.586,7	7.099,0	7.629,4
Outros (HIPC e contrav. aos emprést. às empresa:	775,9	601,0	197,3	224,5	255,0
Créditos	5.219,4	9.107,2	10.643,4	10.527,9	10.546,5

Fonte: Quadro Macro (MPD)

O crescimento real negativo verificado nos fundos externos provêm do pressuposto da estabilidade de divisas e da depreciação cambial do metical face as restantes moedas, o que implica um aumento apenas em nominais.

Figura 3: Destino de Recursos Externos³



Os projectos de investimento e os contravalores representam mais de 80% do total do financiamento externo, o qual demonstra a fragmentação da utilização da ajuda externa.

³ Contravalores representa o apoio não consignado ao orçamento e os programas especiais representam os fundos comuns sectoriais.

5. Despesa 2007-2009

Apresentada a forma como irá evoluir a componente do envelope de recursos e os respectivos pressupostos, em seguida será apresentada a estrutura de afectação de recursos de acordo com as prioridades estabelecidas no Programa Quinquenal do Governo e do PARPA II dentro dos limites orçamentais projectados na secção anterior. O primeiro ano do CFMP 2007-09 apresenta os limites indicativos que servirão de base para a elaboração do Orçamento do Estado de 2007 enquanto que os restantes anos servirão para alimentar a planificação futura.

Inicialmente, apresentar-se-à um resumo global das despesas correntes e de investimento. Posteriormente apresentar-se-á a evolução e a programação das despesas não-sectoriais, que constituem indubitavelmente os compromissos assumidos pelo Governo, a título de exemplo destaca-se a dívida interna e as transferências às famílias.

Finalmente far-se-á a fundamentação da afectação da despesa obedecendo as classificações da despesa nomeadamente sectorial, territorial e económica. Também mostrar-se-á o desempenho de cada sector prioritário e as estratégias para os próximos anos.

5.1 Resumo da Despesa

Tendo em conta a dinâmica da evolução dos recursos projectados, **a despesa total** no período compreendido entre 2007-2009, será em média de 28,7% do PIB. Este indicador representa uma subida se comparado os 24,5% do PIB proveniente da execução de 2005.

As despesas correntes absorvem mais de metade da despesa total, 51% em 2007 e 51,4% em 2009. Os resultados mostram uma tendência crescente como proporção do PIB 50,9% para 51,4% do PIB em 2006 e 2009 respectivamente.

Por outro lado, as despesas de investimento mostram uma tendência inversa da verificada na despesa corrente. Passara de 12,29% para 11,9% do PIB em 2007 e 2009 respectivamente.

Quadro 8: Resumo da Despesa Total e Empréstimos Líquidos 2007-09

(em milhões de Mtn)	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Despesa Total e Operações Financeiras	37.421,10	52.529,53	61.233,49	67.098,41	73.753,51
<i>em % do PIB</i>	24,5%	29,6%	29,3%	28,4%	27,7%
Despesa Corrente	21.031,00	26.735,10	31.231,50	34.501,99	37.890,11
<i>em % da Despesa Total</i>	56,2%	50,9%	51,0%	51,4%	51,4%
<i>em % do PIB</i>	13,74%	15,08%	14,95%	14,59%	14,21%
Despesas com Pessoal	10,691.0	13,345.2	15,746.9	17,814.5	20,099.6
<i>em % do PIB</i>	6,99%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%
Bens e Serviços	4,407.0	5,586.6	6,373.6	7,210.4	8,135.3
<i>em % do PIB</i>	2,88%	3,15%	3,05%	3,05%	3,05%
Encargos da Dívida (juros)	1,248.0	1,567.7	2,415.7	2,482.7	2,353.8
Transferências Correntes	3,812.0	4,726.5	5,135.5	5,234.9	5,321.9
Subsídios	222.0	324.9	294.5	329.2	367.3
Outras Despesas Correntes	605.0	1,061.4	1,044.9	1,182.0	1,333.7
Despesa de Investimento	13,144.0	21,787.8	25,474.5	28,460.9	31,941.1
<i>em % do PIB</i>	8,59%	12,29%	12,19%	12,04%	11,97%
Financiamento Externo	8,259.0	15,221.4	17,353.0	17,956.5	18,383.6
Financiamento Interno	4,885.0	6,566.5	8,121.4	10,504.5	13,557.5
Operações Financeiras	3,246,10	3,246,10	4,527,51	4,135,48	3,922,27
<i>em % do PIB</i>	2,1%	2,3%	2,2%	1,7%	1,5%

Fonte: Quadro Macro (MPD)

Dentro das despesas correntes, a rubrica de despesas com pessoal representam uma percentagem constante do PIB, igual a 7,5% no período em alusão. Porém, em termos reais verifica-se um crescimento das despesas com pessoal devido ao recrutamento de novos quadros principalmente nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura entre outras. Para os outros sectores prevê-se o enquadramento de alguns técnicos que se encontram fora do quadro. No âmbito do ensino superior prevê-se o recrutamento de pessoal qualificado e a expansão do ensino superior a nível nacional.

A rubrica salários e remunerações é obtida a priori a um nível macro com base nos números existentes e um factor de ajustamento salarial que agrega o aumento salarial, as admissões, as promoções e progressões.

As despesas em bens e serviços representam em termos de despesas correntes 20,41% e 21,47% para 2007 e 2009 respectivamente. Em termos de percentagem do PIB permanecem constantes a 3,1% no período em referência. Estas despesas apresentam um crescimento ligeiro, que é justificado pelo incremento de novas actividades, a nível central e provincial que será tratado nas secções subsequentes.

As **outras despesas correntes** serão analisadas de forma detalhada, na secção sobre recursos não disponíveis aos sectores.

5.2 Despesas de Investimento

As **despesas de investimentos** irão crescer em termos reais no período 2007-09. Este crescimento deverá ser transformado no aumento do emprego, redução dos níveis de desequilíbrios regionais, desenvolvimento económico e incremento da renda

nacional. O investimento feito tem que ser aquele que produz riqueza nacional e dinamiza a economia por forma a acelerar a redução dos índices de pobreza humana.

Quadro 9: Despesas de Investimento

(milhões de Mtn)	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Despesas de Investimento	13.144,0	21.787,8	25.474,5	28.460,9	31.941,1
Componente Interno	4.885,0	6.566,5	8.121,4	10.504,5	13.557,5
Componente Externo	8.259,0	15.221,4	17.353,0	17.956,5	18.383,6
Donativos	5.333,0	10.510,3	11.875,1	12.332,2	12.625,6
Créditos	2.926,0	4.711,1	5.478,0	5.624,3	5.758,1

Fonte: Quadro Macro (MPD)

Grande parte do investimento é destinado as áreas que contribuem em grande medida para o crescimento económico, nomeadamente as estradas, agricultura, sector das águas e saneamento, para as áreas sociais (saúde e a educação) e para a governação.

5.3 Despesas Não Sectoriais

As despesas não sectoriais correspondem aos recursos reservados para acomodar os compromissos assumidos pelo Governo durante os exercícios económicos. Estas despesas incluem encargos da dívida, transferências correntes e subsídios.

Analisando em termos globais, as despesas não sectoriais apresentam uma certa estabilidade no período de 2006 à 2008 em termos de percentagem do PIB, especificamente para 2006 representa 3,73% do PIB e para 2008 representará 3,40% do PIB.

Quadro 10: Recursos não Disponíveis aos Sectores

(em milhões de Mtn)	2005	2006	2007	2008	2009
	RE	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Despesas não Sectoriais	8.528,10	10.625,70	12.373,21	12.182,38	11.965,17
<i>em % do PIB</i>	<i>0,03</i>	<i>0,04</i>	<i>0,04</i>	<i>0,03</i>	<i>0,03</i>
Encargos da Dívida	1.248,00	1.567,70	2.415,70	2.482,70	2.353,80
Transferências Correntes	3.812,00	4.726,50	5.135,50	5.234,90	5.321,90
Das quais Pensões	2.099,00	2.505,70	2.750,80	2.800,80	2.844,00
Subsídios	222,00	324,90	294,50	329,20	367,30
Operações Financeiras	3.246,10	4.006,60	4.527,51	4.135,48	3.922,27

Fonte: Quadro Macro (MPD)

Como se pode depreender a partir do quadro acima, os encargos da dívida são a menor rubrica das despesas não disponíveis aos sectores, cerca de 1,568 milhões de Mtn em 2006 e prevê-se que para 2008 cresça para 2,300 milhões de Mtn Este surge como resultado do aumento da dívida pública interna principalmente para os primeiros dois anos das projecções, 2007 e 2008 respectivamente. Em contrapartida, a dívida externa apresenta uma redução em todos os anos até 2009.

Por outro lado, transferências correntes absorvem a maior parte dos recursos não disponíveis aos sectores, destacando-se as pensões civis e militares transferidas as famílias, em seguida as transferências para as administrações públicas e privadas e por ultimo para as transferências para o Exterior. As operações financeiras têm também um peso significativo no total das despesas não atribuíveis aos sectores.

5.4 Afecções e Estratégias Sectoriais

As despesas sectoriais são obtidas com base na diferença entre o envelope global de recursos e os encargos gerais. A afectação estratégica de recursos aos sectores é feita obedecendo os seguintes critérios:

- O pleno funcionamento das instituições estatais tem que ser garantido. Assim, a projecção do montante destinado ao pagamento de despesas com pessoal tem como pressuposto básico que o número de funcionários permaneça o mesmo referente ao exercício económico de 2006. Toma-se em conta o efeito da inflação no ajuste do salário na administração pública. De referir que as admissões, promoções e progressões são tomadas em consideração através de um factor de ajustamento.
- A rubrica de bens e serviços foi ajustada tendo em consideração a taxa de inflação projectada.
- Depois de ser feita a afectação da despesa nas grandes rubricas de salários e remunerações e bens e serviços com base no ajustamento da taxa de inflação, é feito um segundo ajustamento obedecendo as estratégias definidas pelo Governo através dos seus principais instrumentos de política económica. Refere-se basicamente a ligação entre o PARPA II e o PQG. Alguns sectores tais como Educação, Saúde entre outros vão observar uma taxa de crescimento no que concerne ao número de efectivos.
- Atenção especial deve ser dada para alguns eventos de grande envergadura, nomeadamente o III Recenseamento Geral da População, que já iniciou em 2005 e atingirá o seu pico em 2007. Outros grandes eventos estão associados as eleições provinciais em 2007, as eleições autárquicas em 2008 e as gerais em 2009. De referir também a introdução de parlamentos provinciais a partir de 2008. Estes ajustamentos serão explicados uma forma mais pormenorizada no capítulo subsequente.
- As Embaixadas e a área de Defesa e Segurança têm um tratamento especial, em que o critério de afectação da despesa obedece um valor previamente fixado.

Em relação as estratégias delineadas por cada sector, são analisadas a luz do PARPA II com objectivo de permitir que a afectação de recursos obedeça os princípios de eficiência e eficácia, por forma a reduzir os desequilíbrios regionais a nível nacional.

No que toca ao volume do investimento externo, a afectação sectorial foi feita obedecendo os seguintes princípios fundamentais: (i) Foram tomados em conta as tendências conhecidas sobre os fundos comuns nos grandes sectores (Agricultura,

Saúde e Educação, e HIV/SIDA) com valores indicativos recolhidos dos principais parceiros de cooperação; (ii) No caso de projectos de grande dimensão, que em princípio têm uma única fonte de financiamento externa, foi feito um trabalho no sentido de obter informação sobre se o projecto continuará em 2007, e se existe desembolso garantido ou seja provável; e (iii) Para maior parte dos sectores onde não foi possível obter informação específica, assumiu-se como pressuposto básico a tendência do OE 2006 para planificar 2007.

No que diz respeito à componente interna do investimento, a afectação dos recursos aos sectores foi influenciada principalmente pelos objectivos expressos no PARPA, e prevê-se um crescimento da componente interna especialmente nos sectores chave.

Importa salientar que o IVA e outros encargos fiscais não foram explicitamente tomados em conta na afectação da despesa nos principais sectores nomeadamente das Estradas, Águas e Educação.

5.4.1 Governação⁴

A boa governação é uma condição de base para o sucesso das outras estratégias de redução da pobreza, reflectido na qualidade das instituições públicas e dos serviços providenciados. O sector da justiça terá que enfrentar grandes desafios, que passam por uma melhoria substancial da qualidade de prestação de serviços e de acesso à justiça ao cidadão. No diz respeito a reforma do sector público há uma necessidade contínua de melhorar a priorização da agenda da reforma, pois um alto nível de compromisso e liderança do processo é vital. A política e estratégia de descentralização, que está em preparação, vai clarificar o grau de evolução das funções aos níveis sub-nacionais de governação para cada sector, transferências fiscais, o gradualismo e sobre mecanismos de participação democrática.

A maior parte dos sectores que fazem parte do pilar vão manter, grosso modo, com a mesma tendência do nível de despesas dos anos anteriores em termos de peso no envelope global disponível. Fazem parte deste grupo as instituições de soberania (Presidência, Gabinetes dos Governadores Provinciais, Assembleia da República, Gabinete do Primeiro Ministro e a maioria das instituições subordinadas a estes; Estatística geral). O investimento nesses sectores obedece factores específicos que terão de ter em conta na altura da elaboração do orçamento anual.

Entretanto, tem de se tomar em conta alguns eventos especiais que irão causar de certa forma alterações significativas no quadro global da afectação de recursos, nomeadamente:

⁴ Neste documento, todas as instituições do Estado que não fazem parte de um outro pilar são apresentados dentro do pilar da Governação.

- Censo Geral da População com pico das despesas em 2007: Prevê-se despesas extraordinárias em 2007 na ordem de 24,3 milhões de dólares dos quais assume-se que 20 milhões de dólares serão financiadas por fundos externos extraordinários para este propósito.
- Eleições (STAE e CNE): Os custos são estimados (em preços constantes de 2006) a MTn 530 milhões em 2007 para as eleições provinciais, MTn 265 milhões para as eleições autárquicas em 2008 e MTn 595 milhões para as eleições gerais em 2009.

Nos Negócios Estrangeiros, a maior parte das despesas está com as embaixadas de Moçambique no exterior. O valor atribuído em 2006 foi acima do montante normal porque incluía uma previsão para a amortização de dívidas. A partir de 2007, as embaixadas irão receber um valor constante e equivalente a USD 22 milhões por ano. O investimento mantém-se em termos reais porque serve, em grande parte, para obras de reabilitação no ministério assim como nas Embaixadas.

Assembleias provinciais entrarão em funcionamento a partir da segunda parte de 2007. O custo foi estimado a MTn 27 milhões por província em 2007 e o dobro (em termos reais) a partir de 2008, sendo um total de MTn 297 milhões em 2007 e MTn 594 milhões (mais ajustamento para a inflação) a partir de 2008.

5.4.2 Capital Humano

No prosseguimento das acções em curso com vista à redução dos índices de pobreza absoluta no nosso país, o capital humano é considerado activo primordial para a iniciativa dos cidadãos e de todas as instituições da sociedade.

Deste modo, a formação dos cidadãos através de um sistema de educação de qualidade e para todos, a componente cultural, a saúde como um direito constitucional, a melhoria das condições de água e saneamento das populações, constituem elementos cruciais para o melhoramento e desenvolvimento do capital humano no nosso país.

Com efeito, a proposta de afectação dos recursos ao sector de capital humano para o triénio 2007-2009, a seguir indicada, tem em vista os pressupostos anteriormente referidos e as prioridades definidas pelo PARPA II.

Destacam-se os seguintes aspectos em relação aos sectores que contribuem para os objectivos deste pilar:

Educação Geral

Os grandes desafios da área são:

- Continuar a aumentar a taxa líquida de escolarização até a sétima classe e alcançar o objectivo de escolarização universal, também para a rapariga

- Reduzir as taxas de repetição e de desistência a fim de reduzir o custo da educação geral e criar espaço para as crianças que ainda ficam fora da escola por falta de lugares
- Recrutar e formar suficientemente de professores a fim de reduzir o rácio alunos/professor, o que é também pré condição para melhorar a qualidade;
- Expandir o ensino secundário da maneira a satisfazer a demanda da economia assim como a demanda do próprio sector em professores
- Olhar em particular para os grandes desequilíbrios regionais existentes que exigem em colocar mais professores, escolas e fundos nas províncias que neste momento têm os piores indicadores de desempenho

O sector da educação, em particular, terá de enfrentar os desafios do HIV/SIDA no que diz respeito à educação das crianças sobre a matéria assim como no controlo da perda de professores formados.

No PARPA II, foi previsto um crescimento significativo dos montantes afectados à educação geral na ordem de 6,5% por ano em termos reais, para o período 2007-2009, embora concentrado nos dois últimos anos. Sendo a falta de professores o factor principal que constrange a expansão assim como a melhoria de qualidade do ensino, e sendo o custo do pessoal o principal elemento dos custos na educação primária, o alcance dos objectivos sem afectação de fundos não é imaginável.

Saúde

Os fundos afectados a este sector vão continuar a crescer gradualmente a um ritmo de 3-4% real por ano no total, o que significa um crescimento mais elevado na componente interna na luz da estabilidade do apoio directo consignado ao sector. Nas despesas, a parte afectada à saúde primária e ao tratamento dos portadores do HIV e doentes do SIDA vai crescer mais do que os outros subsectores, embora com impacto no custo de medicamentos para o tratamento de HIV/SIDA.

Ensino superior

Enquanto o PARPA I focalizou, em primeiro lugar, os serviços sociais e consequentemente deu menor prioridade ao ensino superior, a abordagem do PARPA II pretende corrigir parcialmente o desequilíbrio que daí resultou. O ensino superior deve contribuir de forma significativa ao crescimento económico assim como à profissionalização da função pública. Entretanto, o primeiro desafio do sector é de melhorar a eficiência interna e reduzir o custo por estudante e de orientar a oferta às exigências da economia. Em paralelo, será reforçado o montante de recursos a ser afecto às instituições do ensino superior. Está previsto um crescimento anual real em torno de 4-5% por ano, embora menos em 2007 por causa dos factores especiais acima mencionados.

Água e Saneamento

O sector da Água e Saneamento refere a uma variedade de subsectores bem distintos:

- Água e saneamento rural executado directamente pela Direcção Nacional das Águas e as Direcções Provinciais das Obras Públicas,
- A componente da água urbana executada pelo FIPAG que prepara os sistemas para depois celebrar contratos de gestão com empresas privadas,
- Saneamento urbano que inclui a drenagem e protecção da erosão, executado pela DNA,
- Obras hidráulicas e gestão das bacias, sob a responsabilidade das duas ARAs existentes e de mais duas em vias de ser estabelecidas.

Segundo a política de água, os usuários devem cobrir os custos de manutenção e operação dos sistemas e abastecimento de água nas cidades assim como nas áreas rurais.

No âmbito do PARPA e do Plano Quinquenal para o Governo prevê-se que, em termos de melhoramento do sector de águas, a cobertura nacional atinja em 2009 cerca de 60% da população. Em termos de despesas, dois terços do montante destinado à água potável é preciso para as reabilitações e expansões dos sistemas urbanas, ficando um terço para a água rural. No entanto, a construção de poços e furos é frequentemente financiada por ONGs nas áreas rurais e não são inscritos no Orçamento.

Na área de obras hidráulicas e das ARAs, destacam-se a finalização da reabilitação da barragem de Massingir com impacto particular sobre a dotação para 2007, e o custo da instalação das ARAs Zambeze e Norte.

5.4.3 Desenvolvimento Económico

Um dos objectivos do Governo com vista a erradicação da pobreza prevista no PARPA é garantir o crescimento económico. Para tal, a contribuição dos sectores económicos é de vital importância. Grande destaque vai para o sector da **agricultura** devido ao seu peso na economia e o impacto que este sector tem na melhoria da renda a população rural e por este sector estar a empregar mais de 80% população activa, e consequentemente o papel deste sector no alívio da pobreza.

Destacam-se as seguintes tendências que têm reflexão na afectação dos recursos durante os próximos três anos:

Agricultura

O Ministério da Agricultura iniciou grandes reformas que resultaram particularmente num reforço considerável das capacidades das direcções provinciais e distritais.

Usando os recursos do Fundo PROAGRI, um fundo comum destinado a apoiar as actividades do Ministério, foi recrutado um grande número de técnicos superiores e afectado aos distritos. Todo o ministério, incluindo as representações ao nível distrital, foi dotado de meios de transporte e de escritório.

Para os próximos três anos, prevê-se a consolidação das reformas e uma melhor focalização sobre a efectividade das actividades que o sector desenvolve em prol dos agricultores familiares assim como comerciais. O apoio directo à produção, sendo na prática a distribuição de sementes e insumos a preços subvencionados, vai ser reduzido a fim de reforçar os fundos disponíveis para pequenas obras hidráulicas e de irrigação.

Os recursos afectados ao sector crescerão a um ritmo acima da média durante os próximos três anos, dada a importância do sector dentro da estratégia do PARPA. O volume dos recursos conhecerá um salto particular em 2007, em comparação ao ano anterior, porque o sector estava a perder peso nas despesas ao longo dos anos passados, facto que deve ser corrigido. Para além disso, alguns dos técnicos superiores inicialmente contratados com fundos da componente interna do investimento (a contribuição interna ao Fundo Comum PROAGRI) passarão para o quadro geral dos funcionários. Assim, a despesa com o pessoal na rubrica de despesas de funcionamento crescerá em 2007, com alguma redução nas despesas de investimento.

Estradas

A responsabilidade para a construção, reabilitação e manutenção das estradas classificadas é da responsabilidade da Administração Nacional das Estradas. O Fundo Nacional de Estradas disponibiliza o financiamento das obras e acciona efectivamente como administrador de fundos e gestor dos contratos.

Tradicionalmente, a manutenção de rotina (encher buracos, cortar capim, gradar as estradas em terra batida) tem financiamento interno através de fundos provenientes do imposto sobre o combustível consignados ao sector. As obras de manutenção periódica e as grandes reabilitações e novas construções são financiadas em grande parte por fundos externos consignados, i.e. projectos coordenados através do Programa das Estradas. A componente interna do investimento serve principalmente para fazer face aos encargos fiscais relacionados com as obras financiadas pelos doadores.

A estratégia do PARPA e o enfoque sobre o crescimento económico abrangente resulta em uma maior atenção às estradas. Na estratégia, destacam-se:

- as novas pontes cuja construção iniciou recentemente e
- a reabilitação completa da Estrada Nacional No. 1.

Entretanto, será tomado em conta também a necessidade de manter as restantes estradas existentes a fim de evitar a degradação do investimento dos anos passados e garantir a boa transitabilidade e assegurar um equilíbrio adequado entre as estradas dos diferentes níveis.

5.4.4 Os Assuntos transversais

Os assuntos transversais representam uma série de objectivos estratégicos com um forte impacto no crescimento económico do país ao médio e longo prazos, na medida em que eliminam constrangimentos estruturais que criam obstáculos ao processo de desenvolvimento. Nomeadamente, a redução da desigualdade de género, a contenção da epidemia do HIV/SIDA, a garantia da segurança alimentar e nutricional, a previsão das acções necessárias para minimizar o efeito das calamidades naturais, a preservação dum meio ambiente saudável é sustentável, a promoção do desenvolvimento rural, a divulgação da ciência e tecnologia e a prossecução da desminagem das zonas do país ainda afectadas.

Estas são áreas da acção do governo de importância especial na medida em não só têm um impacto directo na melhoria das capacidades produtivas dos cidadãos mas também um impacto indirecto e multiplicativo através dos outros sectores.

A sustentabilidade do meio ambiente, para além de contribuir para o bem estar das populações, permite a viabilidade ao longo prazo do sector turístico, mercado de grande potencial, graças aos extraordinários recursos naturais e paisagísticos do país.

Em geral, os assuntos transversais referem à maneira de actuar e raramente a actividades específicas com orçamentos próprios. Por exemplo, a ênfase dada na educação da raparia e acesso ao ensino não pode resultar numa verba “ensino primário da rapariga” no orçamento. Os custos da educação dos rapazes e raparigas são inseparáveis a nível da gestão da despesa e orçamentação. O exemplo é também aplicável à conservação do meio ambiente, a segurança alimentar, ao desenvolvimento rural ou às campanhas de sensibilização sobre o HIV/SIDA.

5.5 Afecção Sectorial da Despesa Corrente

Apresentadas as linhas gerais da afecção da despesa para os próximos 3 anos, esta secção apresenta as despesas correntes classificadas por sectores e por âmbitos provinciais, seguindo os critérios de afecção da despesa apresentados no início do capítulo da despesa.

Em 2006 a despesa total alocada para os sectores foi cerca de 24,6 milhões de Mtn, dos quais 8,97 foi alocado a nível provincial e os restantes 15,7 foram para o âmbito central. Para 2007, verifica-se um aumento em parte causado pela correcção do erro

de programação de 2006 para o sector da agricultura. Tal como estipulado na programação estratégica descrita na secção anterior, a educação e a saúde absorvem grande parte das projecções apresentadas na tabela abaixo.

Quadro 11: Programação Despesa Corrente Sectorial e Encargos Gerais Distribuída

Mil Mtn	OE	CFMP	CFMP	CFMP
	2006	2007	2008	2009
Central	15.668.277	17.388.570	18.497.398	19.460.690
Educação e Cultura	410.087	445.581	480.298	517.219
Saúde	939.084	1.026.934	1.100.390	1.176.800
Agricultura	75.133	173.048	174.637	184.766
Justiça	75.708	85.453	96.461	108.962
PGR	62.952	69.429	74.996	80.796
Tribunal Supremo	69.679	76.848	83.009	89.429
MINT	1.940.964	2.136.988	2.304.343	2.478.368
MDN	219.654	237.228	250.819	264.478
FADM	1.015.834	1.097.109	1.159.962	1.223.132
Outros sectores	7.288.212	7.583.657	8.107.188	8.652.759
Encargos Gerais	3.570.969	4.456.296	4.665.295	4.683.980
Provincial	8.972.731	9.859.114	10.636.633	11.449.208
Educação	4.998.214	5.521.882	5.991.691	6.485.750
Saúde	1.424.546	1.566.655	1.689.296	1.817.053
Agricultura	200.985	217.050	229.484	241.984
Registo e Notariado	71.909	78.020	82.903	87.866
Procuradoria Provincial	114.296	125.635	135.262	145.254
Tribunais	299.333	324.058	348.294	373.557
Tribunal Provincial	244.337	263.703	283.127	303.375
Tribunal Judicial de Menores	7.970	8.666	9.362	10.086
Tribunal da Polícia	7.976	8.649	9.328	10.037
Tribunal Provincial do Trabalho	10.953	12.076	13.043	14.050
Tribunal Militar Provincial	28.097	30.964	33.434	36.009
Outros Sectores	1.825.884	1.985.743	2.117.335	2.252.999
Encargos Gerais	37.564	40.072	42.368	44.744
Total Global	24.641.008	27.247.685	29.134.031	30.909.898
Educação	5.408.301	5.967.463	6.471.989	7.002.969
Saúde	2.363.631	2.593.589	2.789.686	2.993.854
Agricultura	276.118	390.097	404.121	426.750
Justiça	147.617	163.472	179.363	196.828
PGR	177.249	195.064	210.258	226.050
Tribunais	369.012	400.906	431.303	462.987
MINT	1.940.964	2.136.988	2.304.343	2.478.368
MDN	219.654	237.228	250.819	264.478
FADM	1.015.834	1.097.109	1.159.962	1.223.132
Outros sectores	9.114.096	9.569.400	10.224.523	10.905.758
Encargos Gerais	3.608.533	4.496.368	4.707.663	4.728.725

Fonte: MF

Estima-se que em 2009 a despesa corrente distribuída aos sectores seja de 30,9 milhões de Mtn, que mostra uma tendência de crescimento a níveis aceitáveis se comparado com o crescimento dos recursos internos.

5.6 Afecção Territorial e Distrital da Despesa Corrente

Moçambique apresenta disparidades no que concerne ao desenvolvimento económico. Este facto nota-se basicamente quando analisamos os principais indicadores tais como índice de desenvolvimento humano por província, índice de pobreza e a incidência da pobreza.

Assim sendo, a afectação de recursos a nível central, provincial e distrital obedece em principio os indicadores acima mencionados que identificam as regiões onde os recursos deverão ser canalizados com maior intensidade com o objectivo central de reduzir os desequilíbrios.

A afectação das despesas de investimento para os projectos de iniciativa local obedeça em principio o critério populacional, como forma de responder a demanda populacional de cada região do país, o índice de pobreza por província e nacional, com o objectivo de minimizar a situação da pobreza absoluta e a percentagem da receita distrital como forma de incentivar aos distritos com vista a eficiência na gestão dos seus recursos.

Para o ano de 2006 foram alocados 24.158,1 milhões de Mtn para todo o território nacional, isto a sendo a maior percentagem afecta essencialmente ao âmbito central e provincial, respectivamente, e outra parte aos projectos de iniciativa local provincial e distrital.

De referir que a afectação distrital vem no âmbito da introdução do distrito como unidade orçamental, que através da Lei dos órgãos Locais do Estado (LOLE) que prioriza o desenvolvimento do distrito.

Quadro 12: Programação Despesa Corrente Distribuída por Território

Mil Mtn	OE	CFMP	CFMP	CFMP
	2006	2007	2008	2009
Central	15.668.277	17.458.570	18.571.409	19.538.940
Provincial	9.166.364	10.068.283	10.857.784	11.682.396
Niassa	798.995,90	874.989,48	938.815,50	1.004.760,70
Cabo Delgado	672.101,20	740.893,37	799.716,00	861.183,64
Nampula	1.218.792,77	1.324.245,44	1.425.488,89	1.531.279,03
Zambézia	997.115,66	1.095.649,82	1.179.598,12	1.266.716,00
Tete	750.636,58	823.484,45	885.090,88	948.962,98
Manica	604.642,84	663.447,76	713.888,53	766.297,52
Sofala	1.054.064,25	1.178.668,56	1.293.649,71	1.417.272,73
Inhambane	709.495,05	777.654,03	835.956,38	896.393,50
Gaza	701.502,62	768.908,48	826.358,34	885.920,42
Provincia de Maputo	694.736,66	763.372,81	822.084,91	883.058,63
Cidade de Maputo	964.280,47	1.056.968,87	1.137.137,07	1.220.551,32
Distrital	586.646	633.583	669.881	706.361
Niassa	41.406	44.718	47.280	49.855
Cabo Delgado	55.063	59.469	62.876	66.300
Nampula	196.839	212.587	224.767	237.007
Zambézia	73.206	79.063	83.592	88.144
Tete	37.455	40.451	42.769	45.098
Manica	25.884	27.955	29.557	31.166
Sofala	60.233	65.052	68.779	72.525
Inhambane	31.874	34.425	36.397	38.379
Gaza	27.195	29.371	31.054	32.745
Provincia de Maputo	37.491	40.491	42.811	45.142
TOTAL	25.421.287	28.160.436	30.099.074	31.927.698

Assim, espera-se um crescimento da despesa global por território, pois esta passará de 26.978,9 milhões de Mtn em 2007 para 34.564,2 milhões de Mtn em 2009.

A nível central, onde se regista maior afectação da despesa, espera-se um ligeiro acréscimo de 16.063,00 milhões de Mtn para 17.987,54 milhões de Mtn, de 2007 à 2009, respectivamente. A nível provincial, o crescimento trienal apresenta-se maior e as províncias responsáveis pelo maior nível de afectação são: Nampula, Sofala e Zambézia.

5.7 Despesa Corrente Segundo a Classificação Económica

A maior parte das despesas correntes é destinada para a rubrica de despesas com pessoal, especificamente no que concerne aos salários e remunerações. Estes representarão em 2007 cerca de 14,5 milhões de Mtn e 16,8 milhões de Mtn em 2009 revelando deste modo que quase metade dos recursos é canalizada para o pagamento de salários e outras despesas com pessoal.

A maior parte das despesas com salários e remunerações é afectada para as províncias, absorvendo em média cerca de 54% das despesas com pessoal, no período compreendido de 2007-2009, seguindo o nível central e finalmente o distrital.

Os bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios -se irão crescer a ritmos pouco acelerados comparativamente as despesas com pessoal e as transferências correntes.

Quadro 13: Despesas Correntes Segundo a Classificação Económica

Mil Mtn	OE 2006	CFMP 2007	CFMP 2008	CFMP 2009
Despesas Correntes Incl. Oper. Finan.	30.714.003	34.155.933	35.624.144	37.142.203
Despesas com o Pessoal (Global)	13.324.042	14.531.030	15.650.880	16.820.087
Âmbito Central	5.951.939	6.430.048	6.909.273	7.409.407
Âmbito Provincial	7.020.076	7.721.330	8.340.205	8.987.419
Âmbito Distrital	352.027	379.652	401.402	423.261
Bens e Serviços	5.579.703	6.233.970	6.695.650	7.178.824
Ambito Central	3.648.334	4.106.211	4.409.823	4.728.741
Ambito Provincial	1.673.278	1.839.838	1.981.411	2.129.089
Ambito Distrital	266.591	287.921	304.416	320.994
Encargos da Dívida	1.567.700	2.415.693	2.482.705	2.353.760
Transferências Correntes	4.726.473	5.135.519	5.234.929	5.321.891
Subsídios	324.900	294.454	329.249	367.259
Outras Despesas Correntes	1.061.446	896.266	966.807	1.042.670
Operações Financeiras	4.006.600	4.527.512	4.135.475	3.922.269
Exercícios Findos	10.251	0	0	0
Despesas de Capital	112.489	121.489	128.449	135.444

Fonte: MPD/MF

Por outro lado, os encargos da dívida mostram um crescimento em termos nominais nos próximos dois anos e uma redução em 2009, causado em grande medida pelo aumento dos juros da dívida interna.

6. Conclusões e Recomendações

A afectação estratégica de recursos aos principais pilares económicos e sociais foi feita com base na definição de prioridades inerentes ao PARPA e PQG. Por forma a garantir o crescimento económico de 7% em 2007, a afectação da Despesa foi essencialmente para as áreas do capital humano (educação, saúde, água e saneamento), desenvolvimento económico (Agricultura, Indústria, Energia, Estradas, Comércio e Turismo), Governação e Sistema Judicial e Segurança e Assuntos Transversais (HIV/SIDA, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Género, Desminagem e Nutrição).

Para execução das actividades acima mencionadas, assumiu-se como pressuposto básico que as receitas tenham que atingir cerca de 14,9% do PIB em 2007 e o previsto para 2009 é 16% do PIB. Espera-se em 2007 que o volume de receitas a arrecadar venha essencialmente do IVA e do Imposto sobre o Rendimento.

Do lado das despesas, prevê-se que as despesas correntes em 2007 representem cerca de 15,0% do PIB, e para 2009 está previsto que esta componente represente cerca de 14,2%, registando um ligeiro decréscimo comparativamente a 2007.

Do lado das despesas de investimento, prevê-se que estas representem em 2007, cerca de 12,2% e para o exercício económico de 2009 está previsto que a componente de investimento represente cerca de 12,0%.

Por forma a melhorar a eficiência e eficácia na cobrança das receitas é fundamental atacar os seguintes problemas: (i) complexidade na legislação tributária; (ii) elevadas taxas fiscais; (iii) limitação da base tributária; (iv) ineficiência na administração fiscal; (v) atraso no reembolso do IVA; e (vi) fraco sistema de comunicabilidade entre as autoridades fiscais e o sector privado.

Este cenário depende também da estabilidade cambial e monetária. Para o exercício económico de 2007, prevê-se que a taxa de inflação média atinja os 8%.

7. Reflexão Perspectivas do CFMP Para o Próximo Ano

Neste CFMP, foi feito um esforço de desenvolver, em relação aos anos anteriores, a parte de despesas a fim de facilitar e provocar o consenso político sobre a melhor forma de afectar fundos disponíveis a sectores e programas (no sentido de subsectores). De facto, a filosofia é de separar a definição estratégica das prioridades, sempre em conformidade com o envelope de recursos disponível, dum lado e a elaboração do orçamento anual detalhado, do outro lado.

Fazer um orçamento é sempre, e inevitavelmente, uma batalha sobre um bolo que nunca pode satisfazer a todas as ambições. Acha-se que esta separação e a definição da estratégia das despesas têm o potencial de dar um resultado no qual a afectação da despesa é melhor alinhada às prioridades do Governo.

Entretanto, este ano, o exercício ainda deixa lacunas importantes, que deveriam ser ultrapassadas nos próximos anos.

Idealmente, o processo de preparação do CFMP deveria prever um espaço para uma discussão aberta e intensiva entre os ministérios centrais (Planificação e Finanças) e os sectores, sendo eles que depois têm que produzir os produtos, serviços e efeitos, sobre a relação entre fundos afectados e resultados esperados. Para tal discussão fazer sentido, é necessário que os sectores saibam da relação existente entre custos e resultados em cada área da sua respectiva actuação. Um sector deveria poder demonstrar o nível de serviços que um envelope de recursos sugerido pode permitir de prestar, e junto com os ministérios centrais desenvolver caminhos para melhorar a prestação de serviços numa situação de fundos limitados. Actualmente, poucos sectores estão em posição de fazê-lo.

Evidentemente, um processo deste tipo precisa de tempo e preparação. Por várias razões, o trabalho de preparação do CFMP começou tarde, e pois deve-se a partir de agora definir-se a data em que o CFMP é analisado ao nível do Conselho de Ministros por forma a se lançar as metodologias, limites para a preparação do PES e OE em finais de Maio de cada ano.

No futuro, o processo deveria ser anunciado mais cedo, levado a cabo com melhor continuidade, e uma formação e acompanhamento do trabalho nos sectores pelo pessoal dos ministérios centrais seria um factor decisivo do sucesso.

Levanta-se também a questão da organização interna dos ministérios sectoriais. A equipa do CFMP observou que a comunicação entre DAFs e Direcções de Planificação é frequentemente deficiente e que muitos sectores fazem planos do tipo

“lista de desejos” em vez de planificar cuidadosamente a afectação intra-sectorial dos recursos disponíveis na luz dos resultados esperados e prometidos.

Uma questão de princípio é o do carácter dos números no CFMP. Nos sectores assim como nos ministérios centrais, tende-se a contabilizar os compromissos e desejos. A questão levantada é: quanto é que é preciso para enfrentar os objectivos. A equipa do CFMP queria propor que a questão seja diferente: o que é que o sector poderia produzir com o dinheiro proposto? Depois, podem-se fazer ajustamentos.

O tratamento da ajuda externa consignada a projectos e programas sectoriais constitui um desafio especial. Particularmente neste ano, a diferença entre fundos esperados e fundos comprometidos foi significativa porque um grande número de doadores estava a espera do PARPA antes de redefinir os programas bilaterais de apoio. Este facto abriu a oportunidade de propor aos sectores e aos doadores os sectores e programas aonde afectar os recursos durante os próximos três anos. Abriu também a oportunidade de tomar em conta a discrepância entre fundos externos e internos e fixar as necessidades dos sectores na luz dos objectivos esperados para depois – e só depois – sugerir a estrutura adequada de financiamentos internos e externos.

O presente CFMP faz, de facto, uma proposta neste sentido. No entanto, ainda falta a discussão com os sectores que, particularmente no caso dos grandes sectores. Em Abril deste ano, alguns sectores de peso ainda não sabiam com alguma certeza o nível do financiamento externo consignado, e por isso não avançaram números detalhados. Entretanto, um aspecto muito positivo deve ser mencionado: antes de fechar este exercício do CFMP, os Parceiros de Apoio Programático comunicaram números preliminares mas já muito prováveis sobre o apoio geral ao orçamento para 2007 e o apoio aos fundos comuns sectoriais. Isto facilitou muito o trabalho e irá melhorar a credibilidade do CFMP.